



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIV - Nº 281 - DE 10 A 25 DE MAIO DE 2004 - R\$ 1,50

**Horrores da tortura no Iraque
mostram a decomposição capitalista
e as reais intenções do imperialismo**



FORA AS TROPAS IMPERIALISTAS DO IRAQUE!
**Pela autodeterminação (que inclui o direito
de se armar e produzir o que bem entender)**

O 1º de Maio foi festivo e colaboracionista.
O salário mínimo de 260 reais é de fome!

Lula/PT: Cadê os 10 milhões de empregos?

Chega de demissão! Emprego para todos!

ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO

**(divisão de todo o trabalho disponível
entre os que possam trabalhar)**

Unir empregados e desempregados numa só luta!

**A crise mundial afetarà o Brasil. É preciso
preparar a luta contra a ofensiva capitalista!**

Reforma Universitária: estudantes combatem fundações

Quinzena da luta operária

Dieese mostra impactos do mínimo na economia

O último estudo divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) mostra que o salário mínimo é um importante instrumento de distribuição de renda. Deste modo, a elevação do salário mínimo no País teria um impacto direto sobre o nível de atividade econômica com os efeitos decorrentes do aumento do consumo.

O estudo revela, porém, que o crescimento econômico não leva automaticamente a um aumento do mínimo, apesar de ser componente importante de sua elevação.

Muito pelo contrário, o levantamento do Dieese comparou a trajetória da evolução do Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Brasil com a do salário mínimo real e constatou que quanto mais crescia o PIB mais o salário mínimo real perdia seu valor. De 1940 a 2003, segundo o estudo, o PIB per capita cresceu cinco vezes enquanto o salário mínimo real decresceu a menos de 1/3 de seu valor inicial.

Ou seja, finalmente o Dieese descobriu uma lição que Marx já falava no século XIX de que o desenvolvimento do capitalismo leva a uma maior exploração do proletariado.

Risco-país dispara e atinge maior nível desde outubro

A tensão do mercado sobre os países semicoloniais, fruto da ganância dos investidores internacionais que estão deslocando milhões em dólares só pelos rumores de elevação da taxa de juros nos Estados Unidos, fez com que a taxa de risco-país disparasse diariamente no início de maio. Já no dia 02/05 o indicador estava em 694 pontos – o maior patamar desde outubro de 2003, e a partir daí veio quebrando recordes diários.

A alta nos juros norte-americanos está provocando uma fuga de investimentos do país, já que muitos preferem apostar em papéis com menos risco. Com isso, os títulos da dívida externa brasileira recuam no mercado internacional.

A manobra imperialista serve ao mesmo tempo para minimizar o impacto da crise americana que tende a aumentar

com os resultados inferiores aos esperados com divulgação do PIB trimestral, ao mesmo tempo serve de pressão as semicolônias para que aprofundem ainda mais as medidas imperialistas.

Funcionários do IBGE fizeram greve de 24 horas

Funcionários de quatro das cinco unidades do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) fizeram, em meados de abril, uma greve de 24 horas. Segundo a categoria, trata-se de uma paralisação de advertência motivada pela insatisfação dos servidores públicos com o reajuste salarial. O IBGE reúne cerca de sete mil funcionários.

Professores de universidades federais decidem paralisação

Professores das universidades federais decidiram aprovar um indicativo de paralisação de 48 horas, nos próximos dias 10 e 11, em defesa de um reajuste salarial de 50,19% e da incorporação das gratificações nos salários. A proposta tem agora que ser aprovada pela categoria nas assembleias das instituições federais de ensino. O indicativo de paralisação foi aprovado no início de maio, em Recife, numa reunião paralela ao Coned (Congresso Nacional de Educação), por um grupo de cerca de 30 professores ligados ao setor das federais do Andes.

Lucas informou também que foi aprovado outro indicativo de paralisação de 24 horas no dia 20, quando está marcada uma reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente do governo federal.

Servidores do Banco Central iniciam greve de 24 horas

Cerca de 70% dos 4,5 mil funcionários do BC (Banco Central) fizeram na quinta-feira dia 29/04 uma paralisação de 24 horas. Eles reivindicam um reajuste salarial de 9,56% e a reabertura da mesa de negociações com o governo federal para a implantação de um plano de cargos e salários.

A paralisação é apenas de advertência, a categoria quer uma nova rodada

de discussões. Todas as dez regionais da instituição financeira estiveram com as atividades comprometidas devido à greve. Também aderiram à paralisação os funcionários da Susep (Superintendência de Seguros Privados), da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e das categorias do chamado "ciclo de gestão", como funcionários do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada).

Cem mil funcionários públicos britânicos entram em greve

Cerca de cem mil funcionários se declararam em greve no dia 13 de abril na Grã-Bretanha para reclamar aumentos salariais, em um dos conflitos trabalhistas mais intensos protagonizados pelos serviços públicos do país. Os 90 mil funcionários do Departamento de Trabalho e Pensões britânico interromperam suas atividades nesta terça-feira, assim como os 4,5 mil trabalhadores do sistema penal e as 1,7 mil pessoas que trabalham na Agência Nacional de Estatísticas. Paralelamente, os funcionários da rede ferroviária serão consultados por seu sindicato e poderão interromper seus trabalhos, o que constituiria a greve mais importante do setor nos últimos dez anos.

Greve na Alitalia faz mais de 500 vôos serem cancelados

Mais de 500 vôos da companhia aérea Alitalia foram cancelados na Itália, na quinta-feira 29/04, depois da greve de 12 horas decretadas pelos funcionários. Cerca de 70 aviões de todas as classes e tamanhos permaneceram nas pistas do aeroporto de Roma. No aeroporto de Milão-Malpensa, um dos mais ativos, foram cancelados 305 vôos programados pela Alitalia, enquanto que, em Pisa, Florença e Veneza, foram cancelados 16. Em Nápoles, a chamada capital do sul, os 30 vôos da companhia italiana programados para a manhã foram cancelados, assim como 18 em Turim (norte).

A empresa atravessa uma das crises financeiras mais graves de sua história. Todos os sindicatos da empresa votaram em favor da greve para pressionar o governo a intervir na crise da companhia. Os representantes dos trabalhadores esperam que o governo decida uma série de medidas

que aliviem a situação da empresa, que conta com 21 mil trabalhadores. A burocracia tenta com este movimento salvar o capitalista, pedindo para que o governo financie a empresa com a redução dos impostos aeroportuários e do preço do combustível, ao invés de lutar pela estatização sob controle dos trabalhadores.

Sem-terra voltam a ocupar

No Pontal: Cerca de 350 trabalhadores rurais ligados ao MST (Movimento dos Sem Terra) reocuparam, na segunda-feira, 03/05, a fazenda Nazaré, em Marabá Paulista. Com isso, sobe para seis o número de áreas ocupadas na região do Pontal do Paranapanema, oeste do Estado de São Paulo.

Em Pernambuco, recordista nacional de propriedades ocupadas durante o mês de abril – quando foi realizada a jornada Abril Vermelho pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), com a ocupação de cerca de 30 áreas – o Estado foi palco no início de maio de cinco novas ocupações, realizadas em três municípios localizados no

Agreste pernambucano. Cerca de 500 famílias ligadas a OLC (Organização de Luta no Campo), uma dissidência da Fetape (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Pernambuco), ocuparam, cinco fazendas nas cidades de Panelas, Cupira e Caruaru. Segundo o coordenador estadual da OLC, João Santos, a intenção do movimento é apressar as vistorias de terra no Estado. “O Incra infelizmente só tem agido sob pressão. Já esperamos o que podíamos esperar. Agora não dá mais”, revelou Santos que prevê uma onda de ocupações ao longo do mês de maio. “Até 31 de maio vamos acampar mais de quatro mil famílias em dezenas de áreas que já foram mapeadas pelo movimento”, comentou o coordenador da OLC.

Na Bahia Trabalhadores rurais ocuparam, duas fazendas. Cerca de 320 famílias ligadas ao MLT (Movimento de Luta pela Terra) voltaram a ocupar a fazenda Monte Cristo, em Camaçari. Além disso, cerca de 100 famílias ligadas ao MST (Movimento dos Sem Terra) ocuparam a fazenda Ipanema, em São Sebastião do Passé.

Índios se mobilizam contra garimpeiros na região Norte

Cresce a tensão entre garimpeiros e índios, na Amazônia. Desta vez, o conflito está instalado no córrego Mãe Preta, afluente do Rio Xingu, dentro da reserva de 2,5 milhões de hectares dos índios caiapós, em São Félix do Xingu, no sul do Pará, na aldeia Crocaimoro.

No dia 2 de maio, dezenas de guerreiros caiapós pintados e armados para a guerra foram vistos entrando na mata para expulsar à força pelo menos 150 garimpeiros que invadiam e extraíam ouro em suas terras.

Alguns pilotos de avião que fazem fretes para o garimpo já identificaram a presença dos índios próximos ao Água Preta, alertando os garimpeiros para que abandonem o local imediatamente. Alguns já teriam deixado o garimpo ontem mesmo, mas a maioria preferiu ficar e resistir à ameaça de expulsão.

Denúncias

Militarismo imperialista

A notícia de que os Estados Unidos já têm quase pronto o sistema de defesa contra mísseis intercontinentais - batizado de “Guerra nas Estrelas” - não nos surpreende. A corrida armamentista desta potência expressa um dos aspectos da decomposição do capitalismo na época imperialista.

A indústria de armamentos é parte fundamental da economia e necessária para a dominação de um punhado de países sobre a maioria das nações. As potências são obrigadas a se armarem umas contra as outras e a usarem a capacidade bélica para manter a divisão do mundo em áreas de exploração.

Os Estados Unidos, como locomotiva do imperialismo, colocam-se à frente com um gigantesco arsenal, que não pode parar de crescer e sofisticar. Há ramos inteiros industriais que dependem dessa dinâmica. É o que explica o orçamento em defesa de cerca de 530 bilhões de dólares, maior do que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Segundo estimativas, o Programa Guerra nas Estrelas gastará 50 bilhões nos próximos cinco anos só para a fase de instalação da defesa anti-mísseis. O orçamento estatal bilionário sustenta o parasitismo da indústria bélica.

A ofensiva militar dos Estados Unidos no mundo todo nesta última década indica a necessidade de guerras e maior dominação para alimentar o capitalismo decadente. A ocupação do Iraque, Afeganistão e Haiti responde a essa exigência. O militarismo imperialista expressa a barbárie a que chegou o capitalismo.

O levante das nações oprimidas contra as potências marca a época que vivemos. Cabe ao proletariado mundial se organizar

e tomar à frente da luta antiimperialista para derrotar a burguesia e colocar um ponto final ao armamentismo imperialista.

Governo Lula segue o intervencionismo imperialista norte-americano

A confirmação de que o Brasil liderará a Força Multinacional da ONU para substituir a intervenção franco/norte-americana no Haiti constitui uma colaboração com as potências que oprimem o mundo. Em nome da paz e da democracia, viola-se o direito a autodeterminação dos povos. Aqueles que dizem que é diferente a intervenção norte-americana da intervenção da ONU não fazem senão esconder as manobras do imperialismo.

A ONU é um instrumento de dominação das potências sobre as semicolônias. As negociações com os Estados Unidos para que a ONU venha a se ocupar da reorganização do Iraque comprova mais uma vez essa nossa caracterização. Esse organismo foi criado justamente para que os poderosos assegurassem a partilha do mundo e viessem a negociá-la em momentos de retorno da crise mundial.

A França tentou usar a ONU para que a intervenção no Iraque fosse multinacional, mas o poderio norte-americano passou por cima de todos. No caso do Haiti, foi justamente o governo francês que chamou os Estados Unidos para fazer parceria na ocupação militar da ilha e seqüestrar o presidente Ber-

trand Aristide. Estava previsto que, assim que a guerra civil fosse controlada e imposto o novo governo títere, a ONU iria com seus capacetes azuis dar continuidade à ocupação.

O Brasil foi escalado pelo imperialismo para servir de instrumento dessa política. O PT/Lula que em palavras afirmava defender a autodeterminação dos povos aceitou a incumbência da opressão imperialista. Cumpre o papel de lacão dos Estados Unidos e França.

Nossa resposta: Autodeterminação dos povos, fora o imperialismo das semicolônias e nenhuma intervenção do Brasil no Haiti.

Ditadura da fome

O governo do PT, dito dos trabalhadores, decretou um reajuste de 20 reais para o salário mínimo, que foi de R\$ 240,00 para R\$ 260,00. Aqueles que prometeram dobrar o valor do salário mínimo, concederam um aumento real de apenas 1,2%. É com essa política salarial que o governo Lula pretende que os trabalhadores tenham pelo menos três refeições ao dia, que se distribua renda e que se chegue à grandeza do Fome Zero.

Os cretinos hipócritas não fazem senão seguir a ditadura de classe da burguesia contra a maioria nacional oprimida. Os argumentos de que um reajuste maior desestabilizaria o orça-

São Paulo/SP: Um 1º de Maio colaboracionista com o governo PT/Lula

A realização de megashows pela CUT e Força Sindical (esta com sorteios de carros e apartamentos) constitui um ataque ao 1º de Maio de Luta, operário, anticapitalista. As frações burocráticas procuram atrair os trabalhadores e a juventude para manifestações distracionistas e de submissão ao governo e à burguesia. Tentam impedir que a data, construída historicamente como dia de protesto e luta unitária da classe operária e demais oprimidos, seja ponto de apoio para a mobilização. Bloqueiam a possibilidade de utilização da data para a união de forças para enfrentar o governo burguês do PT/Lula e suas reformas neoliberais.

A Força Sindical recebe amplos subsídios patronais para realizar sua tarefa. Procura corromper os trabalhadores com os sorteios e desviá-los para o caminho da disputa eleitoral. Seus objetivos são manter os explorados mansos e encabrestados para seguirem as frações capitalistas.

A CUT não sorteou carros e apartamentos, mas institucionalizou seu megashow por meio da prefeitura, com patrocínio da Bolsa de Valores e outras empresas, e sob o controle rígido da polícia e guarda civil. Os patrocinadores podiam vender bebidas alcoólicas à vontade, para tontear e anular a juventude, que veio dos bairros em busca dos shows gratuitos, os quais normalmente não pode pagar, pela miséria a que está submetida pela superexploração do trabalho e desemprego. Mas os desempregados que buscavam vender qualquer outra coisa, até água, tinham seus pertencimentos arrancados pela repressão. Três revistas eram necessárias para participar do megashow. Tudo em apoio ao "Brasil que está mudando", ou seja, em apoio ao governo do PT/Lula e suas reformas. Nenhuma palavra sobre as reivindicações das massas.

A esquerda do PT, PSTU, PCO e setores da Igreja organizaram um ato alternativo ao da CUT na Praça da Sé. Buscavam se diferenciar do apoio descarado ao governo. Mas as bandeiras

defendidas mostravam que se colocavam no campo da disputa interburguesa (por exemplo, a defesa da independência do Banco Central ou a redução da taxa de juros), empunhando bandeiras de frações burguesas e não se opondo claramente ao governo e suas reformas. Os discursos proferidos e as faixas mostravam essa oscilação: bandeiras como "dá um jeito nisso, Lula", ou "vamos disputar o governo" eram misturadas às de combate às reformas. O POR foi impedido de falar na manifestação, o que mostrava seu caráter burocrático, que não podia se constituir numa manifestação de oposição ao governo do PT/Lula. A passeata que se seguiu foi progressiva, aglutinando milhares de pessoas, mas não se lançou a alcançar a Avenida Paulista, para não se chocar abertamente com o megashow da CUT.

Os outros hipócritas oposicionistas cobraram um salário mínimo entre R\$ 270,00 a R\$ 300,00. Continuará a ditadura da fome com um valor aparentemente humanitário. Segundo o Dieese, que tem um cálculo subestimado, o salário mínimo deveria ser de R\$ 1.402,00.

Mas o importante dessa atitude do governo Fome Zero é que os trabalhadores terão de concluir de que o salário mínimo real, calculado segundo as necessidades básicas de uma família de 4 pessoas, deverá ser defendido com suas próprias forças. Seja lá o governo que for, manterá a ditadura de fome da burguesia contra os explorados. É por meio da luta de classe, da organização coletiva das massas, contra a exploração do trabalho que os famintos imporão suas reivindicações e marcharão para pôr fim à ditadura de classe da burguesia.

O POR atuou nas duas manifestações, com seu manifesto e jornal Massas especial, com faixas e com sua banca de materiais. Entendemos que não se deve deixar a burocracia manipular sem oposição os operários e a juventude, e que a vanguarda organizada nas correntes de esquerda ou independente deve ser disputada contra as políticas reformista e centrista de suas direções.

A ausência de um partido revolucionário organizado nacionalmente é o maior obstáculo para constituir um pólo de independência de classe na atual situação. Sem esse partido, as frações burocráticas arrastam as massas para apoiar as frações burguesas em disputa, para o engano eleitoral e as desviando a luta unitária pelas reivindicações. A construção desse partido tem de se dar em oposição a essas tendências, mas se assenta nas tendências mais profundas de luta das massas, na trajetória de desintegração do capitalismo e na experiência histórica da luta revolucionária internacional do proletariado. O 1º de Maio voltará a ser de luta e protesto, apesar das direções.

A ausência de um partido revolucionário organizado nacionalmente é o maior obstáculo para constituir um pólo de independência de classe na atual situação. Sem esse partido, as frações burocráticas arrastam as massas para apoiar as frações burguesas em disputa, para o engano eleitoral e as desviando a luta unitária pelas reivindicações. A construção desse partido tem de se dar em oposição a essas tendências, mas se assenta nas tendências mais profundas de luta das massas, na trajetória de desintegração do capitalismo e na experiência histórica da luta revolucionária internacional do proletariado. O 1º de Maio voltará a ser de luta e protesto, apesar das direções.

Desintegração capitalista agravará problemas no Brasil

Bastou a economia norte-americana dar um pequeno sinal de redução do desemprego para as bolsas mundiais desabarem. Ou seja, diante da possibilidade de crescimento da economia, os capitalistas das bolsas de valores entraram em pânico. O preço do petróleo, que deverá ter aumento de consumo por causa disso, subiu para 40 dólares o barril. O que aparece como contradição é, na verdade, expressão da desintegração do capitalismo.

O Banco Central norte-americano tem implantado as taxas de juros mais baixas da história, a fim de conter as tendências recessivas presentes na economia ianque desde o início da década. Essas taxas baixas têm empurrado o excedente de capital para as economias atrasadas que pagam altas taxas de juros, com alto risco, como por exemplo o Brasil. Com a possibilidade de um pequeno crescimento econômico, o Banco Central ianque tende a elevar os juros, e assim torná-los mais atrativos para esses capitais retornarem às fronteiras dos EUA, deixando as arriscadas e rentáveis economias dos países atrasados. Se esse mecanismo funcionar assim, pode-se prever o acirramento da crise econômica nos países atrasados, com a elevação do custo do dólar e de suas dívidas, menor capacidade de pagamento de compromissos externos, aumento das pressões recessivas sobre suas economias.

O aumento do preço do petróleo tem suas raízes muito mais na especulação que na economia real. Há anos a produção de petróleo está estancada pelas tendências recessivas mundiais e o preço do barril tem sido sustentado artificialmente. O salto recente no seu preço foi estimulado pelos investidores, que dependem dessa alta para sustentar artificialmente suas ações vinculadas às matérias-primas.

Esses fenômenos evidenciam a desintegração do capitalismo. O domínio do capital parasitário sobre a economia é tal que passou a depender de tendências recessivas, de retração nas forças produtivas, de sugar as contas públicas para manter os lucros. Qualquer variação positiva na economia induz perdas financeiras. E o domínio político e militar do capital financeiro é

tal que não há possibilidade de vingar o crescimento produtivo.

A crise afetará o Brasil

O Ministro José Dirceu declarou que o Brasil passará por tempos difíceis. Sentirá as consequências das turbulências internacionais. Usou dessa previsão para chamar as frações burguesas a um pacto pela estabilidade econômica, a partir do governo do PT/Lula.

A dependência econômica do Brasil de fato o coloca na mira da crise mundial. Mas isso é consequência do aumento da dependência externa, que tem se aguçado desde o governo de FHC e se aprofundado com o governo Lula.

A política econômica atual, que aprofunda a anterior, se assenta no estímulo ao parasitismo financeiro, que é a âncora da política monetária. Ao favorecer, com isenção de impostos, altas taxas de juros e ampla mobilidade para o capital financeiro, o governo sustenta o valor da moeda nacional e contém a inflação. Ao mesmo tempo, coloca o país no rumo da inadimplência, impõe a aceleração das tendências recessivas na economia interna e torna toda a situação econômica vulnerável às variações da economia mundial. Basta um mínimo incentivo para os parasitas baterem suas asas e abandonarem o hospedeiro à sua própria sorte. A recente elevação do dólar e aumento do risco são consequências dessa situação.

Para enfrentá-la, só resta ao governo favorecer ainda mais os investidores, a custos altíssimos. E despejar esses custos sobre as massas assalariadas.

As frações burguesas que pedem a redução da taxa de juros para favorecer seus investimentos internos busca se favorecer circunstancialmente diante da marcha da crise. Buscam se livrar das tendências recessivas, mas suas propostas não podem livrar o país do rumo da inadimplência.

Crise econômica e crise política

A disputa atual ao redor da política

econômica é um princípio de retomada das disputas que se travavam ao final do governo anterior, e que a unidade burguesa ao redor do governo do PT/Lula procurou atenuar. A crise econômica não permite ao governo conceder as reivindicações das frações burguesas vinculadas ao mercado interno. O capital financeiro já decretou que as metas acertadas com o FMI não podem ser amenizadas. O governo tem se destacado justamente pelo cumprimento acima das expectativas em relação a essas metas. O primeiro trimestre de 2004 registrou 5,4% de superávit primário, que permitiram pagar mais de 20 bilhões de reais em dívidas públicas.

A busca de maioria parlamentar tem submetido o governo ainda mais às gangues burguesas que controlam o aparelho do Estado. Para prosseguir com a aplicação das reformas ditadas pelo imperialismo, o governo depende do apoio dos caciques mais reacionários da política burguesa (Sarney e ACM). A cada passo que pretende dar, tem de fazer concessões fisiológicas. A bancada do PT coloca-se agora em favor da mudança regimental do Congresso, que permita a reeleição de Sarney no Senado.

Nem mesmo assim o governo tem obtido tranquilidade para seguir seus planos. A derrota da Medida Provisória dos Bingos mostrou a dificuldade atual em estabelecer uma unidade burguesa.

Os movimentos amordaçados e submissos

As principais direções dos movimentos sociais se dividem entre as que apóiam incondicionalmente o governo e as que seguem as frações burguesas que reivindicam crescimento econômico. Ambas alternativas que favorecem alguma frente capitalista e despejam o custo da crise sobre as massas.

Dessa forma, nenhuma delas se coloca pela independência de classe, pela defesa das reivindicações das massas.

oposição aos capitalistas e ao governo burguês.

A queda do apoio popular ao governo e o aumento dos conflitos interburgueses favorecem a luta unitária das massas pelas reivindicações. Mas as or-

ganizações de massa estão amordaçadas, seguindo as frações capitalistas em disputa e arrastando as massas atrás delas.

A tarefa fundamental da vanguarda revolucionária é a de impulsionar

as tendências de luta das massas por suas reivindicações, combater as tendências conciliadoras de classe e de fender a real independência dos movimentos em relação ao governo e à burguesia.

Cadê a reforma agrária prometida por Lula para todos os camponeses pobres?

As ocupações de terra pelos camponeses têm se intensificado no governo PT/Lula, em função da maioria dos camponeses ter acreditado nas promessas de campanha do governo e da necessidade de adquirir meios de sobrevivência, e por aqueles que não conseguem empregos nos meios urbanos. As maiorias acreditaram nas promessas dos dez milhões de empregos, três pratos de comida na mesa dos brasileiros e reforma agrária, o que não se cumpriu até agora e os problemas decorrentes da intensa crise capitalista têm se agravado.

Companheiros, os latifundiários jamais entregarão as terras que estão sob seu controle aos camponeses pobres. Estas serão arrancadas por intermédio da revolução agrária, que é parte da revolução social.

As jornadas do mês de abril têm o objetivo de pressionar o governo PT/Lula a cumprir a promessa de reforma agrá-

ria, e só vêm confirmar que é impossível nos marcos do capitalismo acontecer a reforma agrária. A jornada de abril representa, também, a resistência contra o massacre sobre os camponeses, lembrando o massacre do Eldorado de Carajás. Por esta razão, o governo do PT representa o continuísmo do governo anterior FHC, quando diz que vai fazer a reforma agrária pacífica. Significa que a conciliação de classe expressa pelo pacto social, firmado pelo governo Lula com a burguesia, inviabiliza a resistência de todos os segmentos de luta e impõe o atrelamento dos sindicatos aos interesses patronais.

A Corrente Proletária dos Camponeses (CPC) defende, dentre outras questões, a unidade da luta de todos os camponeses em defesa da destruição do latifúndio e distribuição das terras entre os camponeses pobres; o estabelecimento dos Tribunais Populares para julgar e

punir os crimes da burguesia, pois seus tribunais jamais condenarão os crimes dos latifundiários e demais burgueses; criação dos Comitês de Autodefesa, já que os latifundiários além de contar com o braço armado do Estado, que é pago com o suor do trabalhador, criam suas próprias milícias, seus jagunços e como os camponeses poderão enfrentar a violência reacionária, senão pela revolucionária como autodefesa? A CPC defende ainda, que as centrais sindicais, seus sindicatos filiados, enfim, todas as organizações que se reivindicam de defensores dos explorados devem ter absoluta independência em relação ao governo. Isso significa que o MST precisa expressar real independência em relação ao governo, que quer dizer realizar mobilizações e reivindicações camponesas contra o governo Lula/PT, burguesia em geral e latifundiária e o imperialismo.

As estatísticas do desemprego crescem em Rondônia

A falácia do projeto "Meu Primeiro Emprego" do governo Lula não passa de um engodo, tal como tem feito os governos anteriores. Só serviu para iludir jovens como seus eleitores. Em Rondônia circulou na imprensa que iria abrir 100 vagas em postos de gasolina, o que não se tem confirmado se realmente ocorreu estes cadastramentos e além do mais o que representa 100 postos de trabalho para um Estado que conta com mais de 50 mil jovens de 16 à 24 anos desempregados?

Membros da Delegacia Regional do Trabalho em Rondônia (DRT/RO), discutem com 170 representantes de empresas sobre a Lei que obriga a

contratação de jovens adolescentes aprendiz de 14 à 18 anos são 300 em Porto Velho e previsão para entrada de apenas 250 e além do mais atendendo a critérios seletivos de bom rendimento no curso de aprendizagem profissional, pois não atendendo aos requisitos, senão desligado. O que representa criação destes postos de trabalho que são temporário, diante das condições de um Estado, que conta com mais de 50 mil jovens de 16 à 24 anos desempregados?

De acordo com o chefe do Departamento de Seguro-desemprego, Francisco Ferreira Filho, no mês de janeiro, os números de desempregados cresceram

em decorrência do setor comercial, que ao contratar 1632 pessoas, desemprega 1798, devido aos costumeiros contratos temporários de final do ano.

No ano de 2003 em Porto Velho, registra-se um índice de 11.314 pedidos de seguro-desemprego. No restante do Estado o pedido atingiu a cifra de 35.506 pedidos, perfazendo um total de 35.506 e em todo Estado somou 48.820 demissões, só no ano de 2003, isso sem contar com aqueles que já se encontravam fora do mercado de trabalho e os demais desempregados não cadastrados porque não preencheram os critérios para cadastramento no Departamento de Seguro-desemprego do DRT/RO.

ATIVIDADES DE FORMAÇÃO POLÍTICA DA REGIONAL RONDÔNIA:

Dias 16, 23/ e 30/05; Debate com plenária "Flexibilização do Trabalho". (folheto)

Dias 06, 13/06; Debate com plenária "Stalin o grande organizador de derrotas". (folheto)

Fora com a repressão aos moradores da Rocinha

A guerra entre as frações do narcotráfico na Rocinha deixou os limites da favela para ocupar as principais ruas da cidade do Rio de Janeiro. As gangues de tráfico disputam com as armas compradas da polícia e exército o domínio da região. A polícia, vinculada pela corrupção às frações em disputa, perdeu o controle da situação. As mortes de centenas de pessoas nesses conflitos e a projeção nacional e internacional levaram o governo do PT/Lula a abrir a possibilidade de envio de tropas do exército para intervir na disputa.

Os moradores são os mais afetados. Movidos pela miséria e pela falta de moradia, são obrigados a ocupar os morros e ficar sem nenhum tipo de assistência pública. A falta de perspectiva de trabalho e estudo empurra os jovens para as mãos do narcotráfico. A burguesia narcotraficante, que exporta 90% do material refinado no país para Europa e Estados Unidos, ainda ganha fortunas com o negócio local, voltado para a juventude da classe média abastada e para

os ricos. Esse dinheiro alimenta a corrupção policial e a compra de armamento para conquista de território, defesa e intimidação dos moradores.

A origem da fortuna do narcotráfico está no mercado consumidor ianque e europeu, que consomem a mercadoria refinada no Brasil. Qualquer medida de maior restrição na proibição do consumo local não terá efeito algum pelo vínculo com o mercado externo.

A repressão na Rocinha, seja de que tipo for, é reacionária porque recairá sobre os moradores. Quem expressou essa posição mais claramente foi o vice-governador, que propôs um muro ao redor das favelas, e depois mudou essa posição para outras do tipo "isolamento" etc., o que só reforçou o caráter segregacionista da sua política.

A disputa entre as quadrilhas expressa a necessidade capitalista de ampliação de mercado do narcotráfico, diante da impossibilidade de amplo crescimento. A disputa que se trava com medidas

protecionistas, de represália comercial, de espionagem industrial, de formação de cartéis, de subsídios etc. no mercado legalizado é travada com armas nas mãos no mercado ilegal. Assim como o faz a potência imperialista em relação ao Oriente Médio.

A repressão sobre a favela não será capaz de conter o narcotráfico. Somente recairá sobre os moradores, que ficam no meio do fogo cruzado. O envio de tropas do exército será sentido pela população mais oprimida, enquanto os traficantes se defendem e seus chefes nem lá estão, mas nas coberturas e mansões dos bairros nobres da cidade.

Somente o estudo e trabalho podem livrar a juventude das mãos do narcotráfico. E isso o capitalismo não pode dar. A divisão das drogas entre as legais e ilegais não passa de hipocrisia que atende aos interesses das frações capitalistas dominantes no Estado. O narcotráfico é uma criatura do capitalismo, e morrerá com ele pela revolução proletária.

Professores Municipais-SP

Chega de dar trégua ao governo. Negociação sem greve é enrolação Os trabalhadores em educação mostraram que são capazes de lutar Retomemos o movimento grevista para arrancar nossas reivindicações

A assembleia do dia 30 suspendeu a greve. Muitos acreditaram que três dias de paralisação faria o governo petista mudar a proposta, uma vez que os dias alternados com grandes manifestações de rua não foram suficientes. Outros achavam que precisávamos de mais tempo de paralisação, porém estavam inseguros e acabaram apoiando a proposta da diretoria do sindicato de voltar às negociações sem greve.

O concreto é que o movimento aceitou a proposta do governo de voltar ao trabalho para "não prejudicar as negociações e o bom andamento escolar", conforme diz o DOM de 27 de abril. Ou seja, o movimento cedeu às pressões governamentais. Deu uma trégua ao governo petista e deixou de "atrapalhar" seus projetos eleitoreiros.

A expectativa alimentada de que era possível vir das negociações uma proposta que atendesse as necessidades caiu por terra. A realidade mostrou que sem greve é o governo que continua dando as cartas.

O governo insiste em dizer que não tem dinheiro, que precisa pagar os banque-

iros, respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal e outras lorotas mais. Só para os trabalhadores é que ele não tem dinheiro.

A greve já é a resposta à esse descaso com nossas vidas, pois nos obriga a arrancar do governo a fatia que nos cabe. Por isso, achamos que foi um erro suspender o movimento, na assembleia passada, principalmente quando ele crescia.

Negociação sem greve é enrolação. O governo está numa queda de braço conosco. Se recuarmos mais uma vez, o movimento será derrotado definitivamente. Até quando aceitaremos a redução do nosso poder aquisitivo, enquanto o governo fica com o filé? Até quando o governo continuará impondo mais perdas salariais, à medida que oferece esmolas a conta gotas, não paga a inflação acumulada nos últimos anos e sequer lembra dos 80% prometidos em campanha eleitoral?

O governo petista tem avançado na política de corte dos gastos com o funcionalismo para cumprir os acordos com os empresários. Devemos rechaçar essa política burguesa neoliberal que corta

direitos e a sua tática que impõe o arrocho salarial "democraticamente" através de enrolações em mesas redondas.

Chega de poupar o governo. A assembleia deve aprovar a retomada do movimento grevista para impor a derrota ao governo e conquistar nossas reivindicações.

Fim das perdas salariais. Reposição já dos 80% da época de Maluf/Pitta

Pagamento da inflação acumulada nos últimos anos

Nenhum desconto a mais para o IPREM

Piso salarial vital que atenda nossas necessidades. Três mínimos significa a ditadura da fome

Contratação de funcionários, inspetores de alunos e professores

Construção de mais escolas, que atenda toda a demanda de Creches, Emeis, EMEFs

Fora o novo PCCS - plano de carreira que corta DIREITOS

Unificar os movimentos grevistas para pôr abaixo a política neoliberal desenvolvida por Marta, Alckmin e Lula

Como esfacejar uma campanha salarial

A diretoria da Apeoesp cumpriu formalmente a decisão do Congresso: convocação de assembléia para a campanha salarial. Logo na primeira, dia 26 de março, com a presença de quase 10 mil professores, a ala majoritária da diretoria apoiou-se numa negociação já marcada pelo governo para se colocar contra a greve. A negociação foi conversa mole com o Secretário da Educação, Gabriel Chaiita. Na assembléia seguinte, dia 16 de abril, com participação menor de professores, colocou-se contrária à greve e defendeu uma próxima assembléia em meados de maio. Porém, venceu a proposta de 30 de abril. Nesse dia, transferiu a assembléia da Praça da República para um local fechado, quadra dos bancários, momentos antes de sua realização. Posicionou-se, novamente, por aguardar outra negociação, marcada para o dia 12 de maio, e outra assembléia no dia 14. Eis aí o exemplo claro de como quebrar a campanha salarial. A burocracia marca assembléia, uma após a outra, sem decidir nada de concreto, com o intuito de enfraquecer o movimento e aos poucos os professores irem abandonando as assembléias.

A Articulação (PT), Artnova (PT) e PCdoB compõem a maioria da diretoria e se negam enfrentar o governo Alckmin (PSDB). O arrocho salarial é um dos mais violentos, porque há dez anos não há reajuste salarial. Os descontos são grandes, somente a Previdência arranca dos salários 11%. O valor da hora-aula não ultrapassa os R\$4,00. Como são contra a greve, estão obrigados a ludibriar o professorado com as negociações sem luta entre diretoria e membros do governo. Trabalham para impedir a unidade grevista. Mantêm as campanhas salariais dos professores estaduais e municipais separadas, como se a política dos governos municipal, estadual e federal fossem opostas. Trata-se de uma direção comprometida

com a sustentação dos governos e, por isso, evitam que o movimento social se choque contra as medidas governamentais. Com isso, uma parte dos professores distancia-se da luta coletiva e tem reforçado o individualismo pequeno-burguês, não acatando as decisões das assembléias.

O PSTU e a Oposição Alternativa

A Oposição Alternativa é composta por uma ala do PT e pelo PSTU. Faz parte da diretoria da Apeoesp. Nas assembléias, comparece com o discurso radicalizado, mas não se opõe claramente à ala majoritária do sindicato. Na assembléia do dia 26, colocou-se em oposição à proposta da Articulação/Artnova/PCdoB, contra a proposta de greve defendida pelo POR e posicionou por uma nova assembléia no dia 5 de abril, véspera dos feriados. Na assembléia do dia 16, a Oposição Alternativa titubeou entre o recuo e a defesa da greve, mas acabou, sob a pressão dos militantes de base, ao lado da proposta de greve. Na do dia 30, fez a mesma coisa, discursou radicalizada no Conselho de Representantes (na parte da manhã) e no período da tarde estava junto com o setor majoritário da diretoria. Trata-se de uma política vergonhosa, cheia de zig-zag, radical na fala e conservadora e servil na prática.

Ainda mais: os militantes do PSTU justificam essa conduta dizendo que estão submetidos às decisões das plenárias da Oposição Alternativa. Isso é grave, pois significa que o PSTU está sob a centralização de uma ala petista, que é maioria na Oposição Alternativa.

O centrismo do PSTU vai mais longe: na região da Lapa, onde é minoria, comparece radicalizado contra o PT e se alia à política do POR e de outros setores da esquerda. Não há uma só política exter-

na do PSTU. Conforme a região e os interesses, o PSTU vai se acomodando. O mais lamentável é que setores que se colocam à esquerda se juntam com o PSTU para combater a política do partido revolucionário, como ocorreu nas eleições e na composição da direção da Apeoesp na região da Lapa. É preciso rever essa conduta para avançar na compreensão da importância do sindicato na luta de classe.

A política da Corrente Proletária

Desde o início da campanha, a Corrente Proletária, composta por militantes do POR e simpatizantes, defendeu que somente a greve poderia quebrar a ofensiva governamental de arrocho. Colocou-se pela unidade grevista entre os trabalhadores da educação do município e do estado, bem como com os demais funcionários públicos. Posicionou-se contrária à negociação sem luta e que as reivindicações só seriam alcançadas por meio da ação coletiva de massa.

A experiência tem mostrado que essa política está correta. A não deflagração da greve e os vai-vem da diretoria da Apeoesp dão sinais do fracasso de mais uma campanha salarial. Por isso, ao invés do abandono da luta, como apregoam alguns ativistas depois do desmonte do movimento por parte da direção do sindicato, é preciso pôr em pé a corrente proletária. Trata-se de uma fração revolucionária no seio da educação, apoiada no programa da classe operária, que tem a finalidade de derrotar a política governamental, combater a burocracia sindical e suas variantes e fazer do sindicato um instrumento a serviço da luta contra o capitalismo. Tem, portanto, como objetivo estratégico a revolução social para erguer uma nova sociedade, a socialista.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

DCE-USP faz coro com o reitor e condena de forma envergonhada a ação dos estudantes contra as fundações

A direção do DCE-USP (Força Socialista e MTL) propôs na assembléia do último dia 06/05 uma resolução que "não se responsabiliza pelas atitudes individuais tomadas" por estudantes em 04/05, quando se realizava uma sessão do Conselho Universitário (CO) da USP aberto à comunidade, que discutiria os relatórios acerca da regulamentação das fundações privadas, e foi inviabilizado pelas vaias e xingamentos ao reitor que, diante de cerca de 300 estudantes, declarou suspensa a atividade.

As críticas feitas por vários membros da diretoria e apoiadores eram no sentido de que se tratava de um desrespeito ao reitor, que a decisão da assembléia anterior

era de não inviabilizar o CO Aberto (32 votos a 30), e que atitudes individuais não constróem movimento.

O fato é que a atitude dos 300 estudantes obteve uma vitória contra a reitoria, porque inviabilizou sua manobra de apresentar a imposição da regulamentação das fundações como uma medida democrática discutida com a comunidade. Além disso, projetou o movimento para fora da universidade, ocupando espaço na imprensa. Transformar essa vitória num erro de indivíduos e condená-los de forma envergonhada é colaborar com a reitoria e traír os colegas acusados.

Nem sempre as atitudes individuais

são nocivas ao movimento. Somente quando se dão em contradição ou às costas das massas. No caso concreto, os xingamentos expressavam a insatisfação das centenas de estudantes presentes com a regulamentação das fundações. Se esses estudantes quisessem, teriam calado alguns manifestantes individuais. Mas não o fizeram. A posição do DCE expressa que assumiu a pressão da reitoria, da mídia e dos partidos e correntes apoiadores do governo e de sua reforma universitária, para condenar os colegas e anular uma importante vitória dos estudantes.

Veja abaixo os manifestos da Corrente Proletária Estudantil:

Boletim de 04/05/2004:

A Assembléia Geral dos Estudantes da USP decidiu: GUERRA ÀS FUNDAÇÕES! É preciso fazer uma campanha para que a luta contra as fundações se organize em cada unidade, em toda sala de aula

A realização de um Conselho Universitário (CO) "aberto" para debater a regulamentação das fundações privadas na USP é mais uma manobra da reitoria no sentido de fortalecer esse mecanismo de privatização da universidade pública. A gestão Melfi diferencia-se neste aspecto da anterior (Marcovitch) por agir não de forma abertamente autoritária e até truculenta, mas por impor seu autoritarismo sob um verniz democrático.

No ano passado, chamou a formação de um Grupo de Trabalho do CO para discutir a regulamentação das fundações, convidando entidades da comunidade universitária para participarem, sem no entanto terem qualquer possibilidade de influenciar de fato suas conclusões. O relatório final teria seu parecer garantido pela esmagadora maioria de membros da comissão indicados pelo reitor e vinculados às fundações. A Adusp e o DCE cumprem nesse teatro o papel de legitimadores do processo. Institucionalizou-se aí o julgamento em causa própria, com a colaboração das vítimas. O veredicto é a imposição da regulamentação das fundações apresentada como democraticamente debatida com a comunidade. Essa peça se trata evidentemente de uma farsa.

O clímax é a realização do CO aberto. Para demonstrar toda a "democracia" existente na

USP, a reitoria apresenta: CO ABERTO. Claro, somente para debater, pois a decisão será tomada posteriormente, num CO devidamente FECHADO à comunidade.

A regulamentação das fundações atende a interesses opostos aos da comunidade universitária e da população assalariada que sustenta a universidade através dos impostos. Serve para desresponsabilizar o Estado para com o ensino superior público, permitindo que as verbas sejam canalizadas para os bolsos dos credores da dívida pública e corrupção. Serve aos capitalistas da educação, que com o sucateamento da universidade pública prosperam explorando a mercantilização do ensino. Servem à burocracia universitária, que se prevarica às custas do patrimônio público e da privatização do ensino e da pesquisa. Serve à empresa privada, que pode explorar a universidade pública e seus recursos físicos e humanos a custos subsidiados.

Mas a regulamentação das fundações é nociva aos estudantes, que têm menor atenção e dedicação daqueles professores vinculados às fundações e mais interessados em multiplicar por dez seus ganhos. É nociva aos professores que buscam se dedicar ao ensino e pesquisa com liberdade de pensamento. É nociva aos funcionários, que vão sofrendo arrocho, demissão e so-

brecarga de trabalho, além de assistirem à deterioração dos serviços públicos na universidade. É nociva à pesquisa, que fica sob o tacão dos clientes das fundações. É nociva à população assalariada que, com a privatização do ensino, fica ainda mais distante do acesso ao ensino superior público e gratuito.

Esse é o real conflito de interesses ao redor das fundações. A burocracia universitária se apóia em debates ideológicos para acobertar interesses dos mais mesquinhos. Não há possibilidade de conciliá-los ao redor de uma proposta única. O conflito será resolvido em favor de uma das partes e em prejuízo de outra.

A atual estrutura de poder da universidade, hierárquica e autoritária, só pode levar à imposição dos interesses da burocracia e daqueles que a manejam: o poder econômico através de seu Estado. Do CO composto pela indicação burocrática e condicionada pelos interesses mesquinhos da burocracia só pode sair o favorecimento das fundações. A comunidade universitária e a população assalariada só terão seus interesses garantidos através da luta, da mobilização. Ela leva a um confronto, sim. É a derrota da burocracia que significará a real defesa da universidade pública e gratuita.

Esse confronto também coloca a o-

ção da maioria estudantil, de professores e funcionários contra uma minoria vinculada às fundações. Ou se desenvolve a mobilização que acirrará esse conflito ou as fundações se imporão.

A política da atual gestão do DCE, sob influência da esquerda petista (Força Socialista), tem criado confusão entre os estudantes e não ajuda a desenvolver a luta contra as fundações. Primeiro, participaram do GT organizado pela reitoria para regulamentar as fundações, legiti-

mando-o. Agora, depois de terem perdido em assembléia a votação da bandeira da campanha contra as fundações ("Guerra às fundações"), simplesmente não a executam, paralisando o movimento estudantil.

Por isso temos defendido a necessidade de formação de uma Comissão de Mobilização, aberta a todos os estudantes, para viabilizar a campanha de "Guerra às Fundações". Chamamos os Centros Acadêmicos da USP a impulsionarem essa

campanha, que é vital na defesa da universidade pública e gratuita.

Barrar pela mobilização a regulamentação das fundações, não participar das negociações da burocracia ao redor de sua implantação, lutar contra elas em cada unidade, em cada sala de aula. Inviabilizar o CO antidemocrático que votará a regulamentação das fundações, o que é só um passo nessa luta em defesa da universidade pública e gratuita.

Boletim de 06/05/2004

As fundações têm de ser combatidas com a mobilização

O fracasso da realização do CO aberto para debater a regulamentação das fundações, com o abandono do debate pelo reitor, mostrou:

a) que a manobra de apresentar a imposição da regulamentação das fundações como uma medida democrática, discutida com a comunidade universitária, dependia da colaboração do movimento estudantil. Ao contrário da direção do DCE, que aceitou participar do GT organizado pelo CO para discutir a regulamentação das fundações (GT de cartas marcadas, com ampla maioria da burocracia vinculada às fundações), as centenas de estudantes presentes ao CO aberto manifestaram seu repúdio à imposição dessa medida privatista. Ignoraram a decisão da assembléia anterior, defendida pela direção do DCE, tomada num momento de esvaziamento e decidida por margem estreita de votos, de não inviabilizar o CO aberto.

b) que não há apoio massivo entre a comunidade universitária para impor as fundações. Os burocratas e estudantes vinculados por interesse econômico não se mobilizam para a regulamentação. Aguardam a imposição autoritária pelo CO, que lhes favorece.

c) que é possível mobilizar para enfrentar as fundações, a partir de uma campanha já decidida pela assembléia estudantil, sob o lema "Guerra às fundações" (num momento em que não estava esvaziada, por ampla maioria e contra a posição da direção do DCE).

d) que é nas unidades mais afetadas pelas fundações (FEA e POLI) que os estudantes enxergam objetivos de ataque às fundações. Há outras unidades debatendo a regulamentação e ela é parte da reforma universitária do governo do PT/Lula. Assim, a luta contra as fundações se liga às reivindicações em cada unidade e à luta

contra as reformas neoliberais, dentre elas a universitária.

e) somente com a mobilização dos estudantes às unidades FEA e POLI é que a imprensa deu cobertura à questão. É preciso tomar mais medidas de ação que projetem o problema para fora da universidade, como bloqueios de ruas, passeatas e atos públicos.

f) a resposta dos estudantes ao autoritarismo da reitoria, disfarçado ou não, é a luta. A inviabilização do CO que votar a regulamentação tem de ser um passo na luta mais geral contra a privatização e em defesa da universidade pública e gratuita. Uma campanha se faz necessária, e deve se dirigir ao conjunto dos estudantes e aos professores e funcionários. A assembléia deve delegar ao Comitê USP contra a reforma universitária o papel de mobilizar amplamente contra as fundações, como um aspecto dessa reforma privatista e destruidora do ensino público.

Boletim de 15/04/2004:

Fundações na USP: privatização de ensino e pesquisa

A luta dos estudantes contra as Fundações na USP já tem uma história. A proposta da reitoria anterior, de regulamentação no Conselho Universitário, foi barrada duas vezes pelo movimento estudantil. Nossos Congressos e assembléias têm aprovado resoluções claras contrárias às fundações.

As fundações são mecanismos de privatização parcial da universidade. A captação de recursos impõe um controle privado sobre o ensino e pesquisa, deformando-os. Desviam os professores das suas atividades de ensino e pesquisa para as de consultoria, muito mais rentáveis. Utilizam recursos públicos (instalações, pessoal) em benefício privado. Ajudam a desresponsabilizar o Estado do ensino superior.

No ano passado, a reitoria manobrou a regulamentação das fundações com a or-

ganização de um Grupo de Trabalho do Conselho Universitário, formado de modo a garantir a hegemonia política das fundações, mas que contava com a participação da Adusp e DCE. Ou seja, apresentava-se como organismo democrático para discussão de uma proposta elaborada pelos setores da comunidade universitária de regulamentação das fundações. Na época, nós da Corrente Proletária fomos contra participar desse GT porque ele seria usado para legitimar a regulamentação das fundações. Mas a direção do DCE (sob influência da Força Socialista, do PT) justificou com a necessidade de obter informações e travar o debate. Ora, todas as informações (incluindo todas as falas dos membros do GT) foram disponibilizadas pela própria reitoria na internet. E o que o movimento estudantil ganhou com a par-

ticipação no GT? Nada. Ao contrário, se desarmou politicamente para combater as fundações e permitiu à reitoria apresentar a proposta de regulamentação como democraticamente debatida, quando na verdade é uma imposição autoritária.

O movimento estudantil na USP tem de mudar essa linha e passar novamente a agir contra as fundações. O caminho é a denúncia, a campanha, a mobilização. Além da reitoria, há unidades que estão discutindo a regulamentação de fundações em suas congregações. A mobilização em cada uma delas e a rejeição das fundações é um passo importante na luta mais geral.

A implantação de fundações é parte da reforma universitária proposta pelo governo do PT/Lula. Na nossa universidade, combater as fundações é uma maneira concreta de enfrentar a reforma universitária.

Programa Operário para comissão de fábrica

Barbarie social

Os trabalhadores são vítimas da fome e da miséria, que atingem a grande maioria dos países. Quando mais de 180 milhões de pessoas estão desempregadas, o que equivale a toda população brasileira, quando 15 milhões recebem menos de 3 reais por dia, quando um quarto de toda a força de trabalho mundial é subempregada (trabalho informal) e milhões já não fazem parte das estatísticas porque há mais de 4 anos deixaram de correr atrás do emprego, podemos dizer que vivemos a barbárie social. Nos países mais atrasados e submetidos às potências, a pobreza se alastra, a exemplo do que ocorre na África, América Latina e parte da Ásia.

O Brasil, como país capitalista atrasado (semicolonial), faz parte dessa maioria de países oprimidos pelas nações imperialistas, principalmente pelos Estados Unidos. O desemprego se alastrou, ultrapassando 20% da força de trabalho nas grandes capitais, como São Paulo. Dos 78 milhões de trabalhadores, quase 46 milhões não têm vínculo empregatício (carteira assinada e outros direitos sociais). O salário mínimo condena 16 milhões de aposentados e 22 milhões de assalariados e outros milhões de jovens e crianças à miséria e a fome.

Não por acaso, a juventude é particularmente sacrificada desde cedo. Suporta todo tipo de violência. Essa é a situação da maioria do povo brasileiro, fruto da exploração e concentração de riquezas nas mãos da minoria capitalista.

Aumenta a concentração do capital

Ao mesmo tempo que cresce a pobreza, aumenta a concentração de riquezas nas mãos de poucos países (imperialistas) e da minoria burguesa, proprietária dos meios de produção (terras, fábricas, matérias-primas etc). O capitalismo como sistema econômico impôs o desenvolvimento desigual entre os países (países exploradores e países explorados) e acentuou a divisão da sociedade (minoria burguesa e maioria oprimida).

Conforme agudiza a crise capitalista, mais intensa é a opressão nacional (de uma potência sobre as semicolônias) e social (da burguesia sobre o proletariado

e camponeses).

A alta concentração no Brasil chega ao ponto de 10% da população deter mais de 50% das riquezas, enquanto os 50% mais pobres ficam com cerca de 10%.

A concentração de propriedades e riquezas, de um lado, e a expansão da pobreza, de outro, é uma consequência da lei de funcionamento da economia capitalista. Ou seja, da lei de exploração do trabalho e acumulação de capital.

Desintegração do capitalismo aumenta o intervencionismo

É parte da desintegração do capitalismo o intervencionismo militar dos países imperialistas sobre as nações semicoloniais, a exemplo da ocupação do Iraque, do Afeganistão, do Haiti, a proteção dos Estados Unidos a Israel para derrotar os palestinos, o Plano Colômbia e a criação de bases militares norte-americanas por todos os lados.

Os planos neoliberais, um dos pilares do intervencionismo econômico dos países imperialistas, têm como objetivo ampliar o saque de riquezas e aumentar a dependência das nações semicoloniais. Os resultados, depois de uma década de aplicação de reformas ditadas pelo FMI, foram terríveis, porque serviram para aumentar a pobreza e a submissão às potências.

No Brasil, as reformas neoliberais causaram a destruição de postos de trabalho, a eliminação de direitos sociais, cortes de recursos à educação, saúde e moradia, a privatização de ramos inteiros da economia nacional e maiores facilidades para a penetração do capital estrangeiro. Nesses dez anos de aplicação dessas medidas, aumentaram os desequilíbrios regionais e as desigualdades sociais. O Brasil ficou mais atrasado e mais endividado.

O governo Lula não é dos trabalhadores

É nesse quadro de crise mundial do capitalismo e de profundas consequências para o Brasil que o governo PT/Lula assume o poder. Os trabalhadores votaram em Lula na esperança de que pudessem cumprir o que havia prometido - 10 milhões de empregos, reforma agrária e

a garantia de 3 refeições ao dia a todos os brasileiros.

Depois de um ano, nada foi concretizado. Ao contrário, cresceu o desemprego, o número de trabalhadores sem vínculo empregatício, os assassinatos no campo, a quantidade de miseráveis e a concentração de renda.

Para governar, Lula assumiu o compromisso com os banqueiros internacionais de pagamento da dívida externa, aceitou o controle das contas do Estado pelo FMI e deu continuidade às reformas neoliberais: Previdência, Sindical e Trabalhista. Necessitou, também, do apoio dos velhos políticos da oligarquia - Sarney e Antônio Carlos Magalhães - e de partidos que constituíram a frente que sustentou por 8 anos FHC.

Essa experiência mostra que o Estado burguês é um organismo da classe capitalista. Qualquer que seja o governo que o administre tem de servir aos exploradores. O governo PT/Lula é um governo do capital contra o trabalho.

Cresce a luta dos trabalhadores: é preciso conquistar a independência de classe

A situação de desemprego, de perda salarial e de ataque à vida da juventude tem colocado a necessidade do movimento operário, camponês e estudantil se unirem. Os conflitos no campo e na cidade tendem a se ampliar.

O governo Lula ao invés de se colocar a seu favor e atender as reivindicações coloca-se na defesa dos interesses dos capitalistas. Mantém a legislação repressiva de proteção à propriedade da terra e legaliza os acordos malditos, impostos pelas multinacionais, de retirada de direitos, precarização das relações de trabalho e manutenção do arrocho salarial. Exige que os movimentos sindicais e populares amenizem os choques de classe e a revolta instintiva dos trabalhadores.

A aprovação do relatório do Fórum Nacional do Trabalho sobre a Reforma Sindical/trabalhista pela direção da CUT (que regulamenta o poder da Central por cima das assembleias de base nas negociações entre patrão e governo), a ocupação de cargos nos órgãos do Estado e a defesa da política estatal em seu favor são testemunhos de que os interesses dos explorados são testemunhados.

alto grau de estatização dos sindicatos que se alcançou sob o governo do PT.

Nenhuma lei anti-trabalhadora foi abolida, permanece a lei anti greve, a Medida Provisória contra as ocupações de terra, os julgamentos abusivos das greves e multas, as punições e prisões de lideranças dos movimentos.

A governabilidade do PT/Lula depende da contenção dos movimentos reivindicatórios e da ampliação da frente burguesa de sustentação, que iniciou com o PL, setores do PFL e se dirigiu para o PMDB.

A independência dos sindicatos e movimentos diante do governo é o caminho para defender a vida dos explorados. Sem a independência, a luta dos trabalhadores não pode avançar sua organização e ganhar força para enfrentar o poder da burguesia.

Recuperar as perdas salariais

Embora a inflação se mantenha relativamente baixa, o custo de vida da família trabalhadora é alto, porque não há reposição integral dos salários. O valor da cesta básica, calculado pelo Dieese, é de 209 reais, o aluguel, as tarifas de água e luz, o transporte, medicamentos e os impostos em geral consomem boa parte dos salários. Os acordos assinados entre sindicato e patronato não trouxeram vantagens para a classe operária. Ao contrário, impuseram reajustes abaixo da inflação, terceirização, pisos diferenciados para a mesma função, demissões, PDVs, abonos e eliminação de direitos trabalhistas. O próprio governo reconhece que os salários tiveram uma perda média de 16%, só em 2003.

A direção do sindicato tem aceitado as medidas patronais, que visam proteger os ganhos das empresas às custas do rebaixamento salarial, perdas de conquistas, precarização do trabalho e demissões de toda natureza.

Ao contrário, está colocado revigorar as campanhas salariais, unificá-las e exigir a recuperação das perdas dos últimos anos e lutar pelo aumento real. A escala móvel de reajuste é o instrumento para proteger o valor da força de trabalho diante da elevação do custo de vida.

Defesa do salário mínimo vital

A pobreza absoluta de uma multidão de trabalhadores tem como causa o salá-

rio mínimo de fome. Basta que verifiquemos que 22 milhões de assalariados recebem de um a menos de um salário mínimo, que 45 milhões da mão de obra no Nordeste vive com o salário mínimo e que 16 milhões de aposentados e pensionistas mingam com o salário mínimo.

O governo PT/Lula prometeu dobrar o valor do salário mínimo. Agora, diz que não pode cumprir porque quebra o país. Mesmo se dobrasse, a fome e miséria continuariam. Um cálculo como do Dieese mostra que seu valor deveria ser R\$1.412,00. Mesmo assim, sabemos que esse mínimo não alcança todas as necessidades da família de quatro pessoas. Por isso, as assembleias devem fazer seu próprio cálculo.

A demagogia de acabar com a fome por meio de assistencialismo do tipo Fome Zero, Bolsa-escola, Bolsa-família etc deve ser denunciada e defendido um salário mínimo real. E que ninguém fique sem emprego e que ninguém ganhe menos que um salário mínimo real.

Sem se lutar pelo salário mínimo real, os trabalhadores que dependem dele continuarão a enfrentar a degradação física e mental. A defesa do salário mínimo real é o ponto de partida das reivindicações da classe operária, juntamente com a exigência de emprego a todos.

Defesa do emprego: escala móvel do trabalho

O combate contra o desemprego é uma das maiores exigências da classe operária. Os patrões justificam as demissões responsabilizando a crise econômica, a queda do consumo etc e pressionam os governos para obter vantagens (subsídios, juros baixos, empréstimos do BNDES etc).

O governo Lula anunciou a nova política industrial para alguns setores específicos, mas de antemão os capitalistas já disseram que não é para gerar novos empregos.

O concreto é que o desemprego é violento. Só na Grande São Paulo, de cada 5 trabalhadores um está desempregado.

A CUT faz demagogia em torno da redução da jornada de 44 horas para 40 horas semanais. As grandes empresas já operam com essa jornada e com cada vez menos trabalhadores. O aumento de produtividade (superexploração do trabalho) e o Banco de Horas são recursos

das empresas para não contratar mão-de-obra.

Para a classe operária, a luta contra o desemprego impõe a necessidade de defender a redução da jornada, sem redução do salário. Para que haja emprego a todos é preciso defender a escala móvel do trabalho. O que significa a divisão do número de horas nacionais de trabalho entre todos os brasileiros aptos para o trabalho. Trata-se de uma reivindicação coletiva dos assalariados para proteção da força de trabalho e para que a família operária não seja destruída pelo desemprego.

Enfrentar as medidas patronais

A defesa das conquistas trabalhistas e sua ampliação é fundamental para a melhoria das condições de trabalho e conter a superexploração. Nos últimos anos, os capitalistas vêm impondo acordos de redução de direitos (contratos temporários, sem vínculo empregatício, terceirização com liquidação de direitos etc). Esses acordos que foram feitos por fábricas transformaram-se em leis ou em medidas provisórias no Congresso Nacional. Mas a reforma sindical/trabalhista se encarregará de sua legalização, sem se chocar com a antiga CLT (o negociado passará ter valor acima do legislado). Assim, o 13º, o descanso semanal remunerado, jornada de trabalho, as licenças etc farão parte dos "acordos negociados".

A classe operária deve tomar em suas mãos a organização do movimento dos trabalhadores contra a reforma que retira conquistas e fortalece o poder do patronato na exploração do trabalho.

Combater as reformas neoliberais ditadas pelo FMI

Os governos vêm impondo as reformas neoliberais, exigidas pelo FMI. A Reforma da Previdência, iniciada por FHC deu um grande passo na eliminação de direitos no governo Lula, mas ainda não está concluída. A diretriz do FMI é de privatização de todo o sistema e elevação ao máximo possível da idade para se aposentar.

A Reforma Sindical/Trabalhista já foi encaminhada para o Congresso Nacional e seu objetivo é liquidar conquistas sociais. A fixação do valor salário mínimo nos patamares mais baixos é orienta-

ção dos credores internacionais, que exigem medidas de cortes de gastos públicos para que o governo possa manter os acordos de pagamento das dívidas interna e externa.

A burocracia sindical, com o discurso demagógico de alternativas propositivas, acabou ajudando os governos na implantação de reformas neoliberais.

A classe operária deve rechaçar a conduta das direções sindicais e se colocar pelo fim de todas essas medidas antinacionais e antipopulares.

Construir a unidade dos trabalhadores, com os métodos de luta da classe operária

A unidade da classe operária é fundamental para derrotar a unidade do patronato contra a vida dos explorados. As reivindicações de emprego, salário etc unificam o proletariado e permitem organizar as mobilizações coletivas e de massa para enfrentar as medidas governamentais e patronais. A fragmentação da classe (divisão em seis grupos de metalúrgicos, por exemplo) enfraquece o poder de paralisar a produção e fortalece as ações repressivas dos capitalistas, de sua Justiça e de sua polícia.

A burocracia sindical implementa a divisão da classe operária ao rejeitar as assembleias unificadas e ao combater a unidade grevista para conquistar as reivindicações comuns aos explorados. Mas não pára aí. Ao concordar com o relatório do Fórum Nacional do Trabalho atestou o fim da data-base, época que a classe se levanta para exigir a reposição das perdas, em prol da farsa chamada "negociação permanente".

Contrariamente aos métodos da conciliação de classe e de submissão dos sindicatos ao governo, a classe operária tem como método a ação direta e a organização coletiva. O método da ação direta se constitui nas greves, ocupações, piquetes, manifestações coletivas etc. É por meio da ação direta que os trabalhadores se unificam em torno das suas reivindicações e contra a exploração capitalista.

Conquistar a democracia operária

Para se lutar pelas reivindicações de emprego, salário e direitos trabalhistas é preciso defender a democracia operária. A democracia operária existe quando as

decisões são tomadas em assembleias, são cumpridas coletivamente, existe o direito de divergência, direito das correntes políticas terem seus materiais divulgados e os trabalhadores terem a possibilidade de fazer seu próprio julgamento sem nenhuma manipulação. É com a democracia operária que se avança a organização coletiva, aumenta a consciência política e se sabe o valor das reivindicações.

Mas, os sindicatos têm sido controlados por uma burocracia que restringe ou elimina a democracia operária. Usa esses organismos para serem apêndices do Estado, trampolim eleitoral e instrumentos das negociações sem luta. As assembleias nas fábricas são comandadas pela burocracia do sindicato que impede o livre direito de manifestação e expressão dos trabalhadores. Só ela tem o direito de expor suas idéias, de distribuir os boletins e criticar aqueles que não concordam com sua política. Não foram poucas as vezes que incitou os operários a rasgar os boletins da Oposição e delatar os que discordam da direção do sindicato.

A democracia operária, ao contrário, assegura a unidade da classe porque as propostas são discutidas e votadas. O voto de cabresto deve ser combatido porque faz parte do autoritarismo pelego, que favorece a empresa e a política governamental. O trabalhadores devem pensar com suas próprias cabeças e decidir democraticamente as propostas de luta.

Sindicato-empresa é destruição do sindicato de luta

Os sindicatos devem ser mantidos unicamente com a contribuição dos associados. O valor da mensalidade tem de ser aprovado nas assembleias, onde todos podem ter o direito de falar e votar.

A Reforma Sindical propõe o fim gradual do imposto sindical, mas mantém e eleva o valor das taxas negociais. A justificativa de que o imposto sindical alimenta os sindicatos fantasmas, para ser conseqüente, implica sua extinção imediata, bem como de todas as taxas que são cobradas dos trabalhadores.

Mas há um outro problema que é o assistencialismo, que tem feito dos sindicatos uma empresa de prestação de serviços, agenciadora de empréstimos bancários, financiadora de imóveis e ou-

tros negócios. A burocracia pelega quer convencer os trabalhadores que o sindicato moderno é o sindicato-empresa. Isso é falso.

O verdadeiro sindicato não é aquele que presta serviços capitalistas aos trabalhadores, mas sim aquele que organiza a luta para que os operários tenham emprego e salário para garantir suas necessidades. O salário mal dá para sobreviver, não é renda para ser aplicado como quer a burocracia sindical. E o operário endividado é o trabalhador submetido aos banqueiros e comerciantes. Sindicato não é banco e nem comércio. O sindicato é o instrumento de luta da classe operária.

Comissões de fábrica: organização coletiva operária

A organização no interior das fábricas, por meio das comissões fabris, é essencial para garantir as condições de trabalho e assegurar a defesa das reivindicações da classe. As comissões de fábrica existentes são controladas pela burocracia sindical e são raras as que contam com representantes da Oposição. Isso porque não há a verdadeira democracia operária para que as eleições sejam livres, por meio das quais os operários escolhem diretamente seus representantes.

Os patrões não querem nenhuma representação por empresa. Na Reforma Sindical, o tema da organização dos trabalhadores por local de trabalho não faz parte do relatório aprovado. A CUT, que concordou com o relatório, fez críticas demagógicas à conduta dos capitalistas que rejeitaram a formulação de estabelecimento de representações garantidas por lei.

As comissões de fábricas devem ser conquistadas por meio da luta e do trabalho de organização do movimento independente dos trabalhadores em relação ao patronato, ao Estado e a toda forma de política burguesa.

Não se trata de construir comissões de fábrica isoladas. Defendemos a formação de uma rede de comissões de fábricas que una todas elas num único movimento coletivo, que é o movimento operário. A comissão de fábrica isolada vira uma comissão burocrática e corporativista. Acaba servindo a lideranças carreiristas, que se aproveitam da colaboração de classe para comer na mão do

patrão. Ao contrário, a comissão de fábrica que luta por fazer parte de um conjunto de comissões de fábrica e que se apóia nas decisões das assembleias do movimento geral está em choque com a exploração do trabalho e cumpre seu objetivo de organização das lutas.

Política e direção operárias para os sindicatos

Nas condições de desagregação do sistema de exploração do trabalho (capitalismo) só há duas vias para a política sindical: a da colaboração ou da luta de classes. A direção do sindicato tem praticado a linha da conciliação com os patrões e governo. O exemplo dos acordos malditos atestam a colaboração da burocracia sindical com as empresas.

As reivindicações elementares que envolvem emprego e melhorias salariais se chocam com a política dos capitalistas, que é de proteção dos lucros e do direito de exploração da força de trabalho. A linha de conciliação entre o capital e trabalho impõe a extinção da democracia operária e agigantamento do poder da direção do sindicato sobre a base.

O critério de eleições para a diretoria

do sindicato, que impede a concorrência das chapas e o voto direto nelas, expressa o autoritarismo da burocracia sindical, que necessita se perpetuar no aparelho e desfrutar de vantagens pessoais.

O sindicato de luta de classe requer uma política operária, porque implica organizar os trabalhadores para enfrentar os capitalistas. Isso requer uma direção e uma política da classe operária.

Os sindicatos são organismos criados pelos trabalhadores e resultados da luta de classe. Quem os deforma e os coloca a serviço da burguesia é a burocracia sindical.

Construir uma direção operária classista

Assim como o sindicato pode estar sob o controle de uma direção burocrática e pelega, a comissão de fábrica também pode padecer do mesmo mal. Nossa luta é por libertar os sindicatos e as comissões da política conciliadora da direção pelega. Essa tarefa implica construir uma direção classista.

A política classista é genuinamente proletária. Apóia-se nas reivindicações

dos trabalhadores, usa seu método de ação direta, desenvolve a democracia operária e trabalha pela unidade na luta.

A direção classista se contrapõe ao corporativismo, que isola uma categoria de outra, que fragmenta o movimento individualizando as reivindicações que pertencem a toda classe, que faz acordos contrários ao interesse geral dos explorados e ajuda a tática patronal de dividir os movimentos.

A direção classista objetiva sempre fortalecer os laços de solidariedade entre os oprimidos. Defende o internacionalismo operário, que é a união de todos os trabalhadores no mundo contra a exploração do trabalho, a fome, a miséria e a opressão das nações ricas, imperialistas, contra as nações pobres. Essa direção trabalha pelo fim da sociedade de classe, pelo fim da exploração do homem pelo homem e pelo fim da submissão de uma nação por outra. Coloca-se pelo direito de autodeterminação dos povos, contra o intervencionismo econômico-militar das potências sobre as semicolônias. E dedica-se à construção de um partido próprio da classe operária, que de fato tenha um programa socialista.

Nesta edição:

- Bolívia: O MNR usurpou a Revolução de 9 de abril de 1952 e agora é um cadáver em sua sepultura
- As Quatro Etapas da Central Operária Boliviana
- Iraque cada vez mais explosivo
- Abu Ghraib: retrato do intervencionismo dos Estados Unidos

Artigos do Cerqui **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Bolívia:

O MNR usurpou a Revolução de 9 de abril de 1952 e agora é um cadáver em sua sepultura

Na Bolívia, os grupos que ostentam o título de partidos, com exceção ao Partido Operário Revolucionário (IV Internacional), colocam e desenvolvem uma política burguesa inconfundível em seus enunciados e em suas práticas diárias. Não devemos esquecer que os governos burgueses reduziram o país a uma colônia ianque, que perdeu sua soberania e onde o embaixador norte-americano é o amo indiscutido do país.

Como não poderia deixar de ser, a crise econômica mundial que está estalando e que faz o imperialismo desmoronar, é descarregada sobre nosso atrasado país capitalista, para que, ao

custo de agravar sua extrema miséria, contribua para amenizar as conseqüências desastrosas do esgotamento da ordem social burguesa.

O POR denuncia esse drama descomunal e combate com energia as correntes burguesas, ou seja todos os demais partidos. Partindo da evidência do desmoronamento do capitalismo no mundo e na Bolívia, luta por efetivar a revolução e ditadura proletárias, sublinhando que será protagonizada pelas nações (classes e nacionalidades) oprimidas pelo imperialismo. Tal é a finalidade de sua estratégia.

O MNR é um cadáver

Quando fracassou o golpe deflagrado pelo MNR com o apoio de uma fração militar, os operários, principalmente os mineiros e os operários fabris, conquistaram La Paz derrubando o governo da rosca mineira e destruindo as forças armadas.

O movimentismo, em momento algum, proclamou como sua a estratégia e a tática operária. Era um agrupamento democratizante e oscilou em suas simpatias internacionais entre a política da Alemanha e a dos Estados Unidos.

Astutamente se incorporou como se fizesse parte da política revolucionária e chegou ao Palácio do Governo. Desde esse momento sua política foi populista e com retoques trabalhistas, apesar de que não demorou a se deslocar para as posições imperialistas dos Estados Unidos. Sua bandeira foi a estatização das minas, apesar de que as comprou.

A COB teve ministros operários, mas eram movimentistas e em seu primeiro congresso aprovou um documento redatado

Bolívia:

As Quatro Etapas da Central Operária Boliviana

A COB foi organizada em 17 de abril de 1952, como obra central do proletariado que protagonizou a insurreição de 9 de abril desse ano, buscando retomar e superar a experiência da Central Operária Nacional, que veio ao mundo durante o governo da rosca.

1. Soviete ou Sindicato?

Os operários, que dominavam as ruas e que estavam destruindo o exército, buscavam pôr em pé uma verdadeira central operária dirigida pelo proletariado. A experiência vivida nesse terreno no país levou os combatentes a essa conclusão.

Sem dúvida a organização que veio ao mundo em 17 de abril foi um verdadeiro soviete, que revelava o nível alcançado pela vanguarda das massas de um país capitalista atrasado. O sindicalismo, o socialismo, o marxismo chegaram à Bolívia da Europa e dos países vizinhos. O nascimento da COB-Soviete foi ignorado por muito tempo até pelos que a conceberam.

Este fato contribuiu em muito para que o governo movimentista encontrasse o caminho livre para destruir a COB original.

A COB gerou a dualidade de poderes com o MNR. Como estava armada e não havia forças armadas, seu poderio foi potenciado. É suficiente dizer que naquele momento aglutinou em seu interior grande parte do país.

O maior erro foi o co-governo MNR-COB, ainda que na verdade foi uma experiência com a esquerda movimentista. O co-governo debilitou os movimentos cobistas e separou as massas do objetivo da conquista do poder. Muitos documentos da época são expressões da política revolucionária do proletariado.

2. A Degeneração Burocrática

Por medo da COB, o governo não atacou nesta etapa a política cobista, as "Teses de Pulacayo", sua política foi centrada

pelo governo do MNR.

A partir deste momento se entregou de corpo inteiro aos Estados Unidos e passou a desenvolver uma política entreguista e antinacional.

Levou a Bolívia ao descabro e potenciou sua condição de colônia ianque. Não a emancipou da opressão externa e sua economia não deixou de ser submetida aos Estados Unidos.

Transformado em partido burguês se submeteu ao esgotamento do capitalismo, por isso não pode cumprir nenhuma tarefa transcendental de soberania nacional. Viveu, agonizou e morreu sem pena e nem glória.

Hoje é uma camarilha de malfetores e bandidos. Os outros partidos burgueses, de forma direta ou indireta continuam suas idéias e a sua lamentável falta de conduta. O MNR morreu e desde a sua tumba vê com simpatia que uma ou outra camarilha repete seu triste passado e pretendam chegar ao poder por serem suas crias.

(Extraído do Masas boliviano nº 1897 de 16 de abril de 2004)

em fazer os ministros "operários" (esquerda do MNR) a se somarem à política oficialista.

Ao mesmo tempo, voltou todo o poderio econômico do Estado para conseguir corromper e burocratizar vários quadros sindicais, sobretudo os que ocupavam cargos elevados.

De forma indireta, a oposição estalinista, que apoiava francamente o governo, contribuiu para impor a burocratização e encurralar o trotskismo.

O primeiro congresso da COB (outubro de 1954) foi realizado, marginalizando o POR e para aprovar um documento político redatado no Palácio do Governo.

Desde este momento a direção da COB já não era antigovernamental, mas francamente oficialista, isso apesar do MNR ter se deslocado abertamente para posições pró-imperialistas.

3. A Assembléia Popular

Ao longo deste processo aconteceram radicalizações das massas, às vezes de breve duração. Em 1971, os mineiros de "Siglo XX" ocuparam La Paz e conseguiram que muitos setores seguissem sua política radical. O Comando Político da COB rechaçou o projeto de se converter em parlamento do governo Torres e se transformou na Assembléia Popular, um soviete que proclamou a urgência de pôr em pé a ditadura do proletariado e estudava como estatizar os meios de produção, quando ocorreu o golpe fascista do general Banzer.

4. Burocratização Extrema

Agora a COB é só burocracia, isto porque perdeu sua política revolucionária.

Seus dirigentes corruptos só sabem como arrancar dinheiro dos de cima em troca de apoiar o governo e sua política reacionária e pró-imperialista.

(Extraído do Masas boliviano nº 1897 de 16 de abril de 2004)

Iraque cada vez mais explosivo

A denúncia de torturas a prisioneiros iraquianos liquidou com o discurso democratizante dos EUA em sua arremetida intervencionista na região. A ampla utilização da prática de tortura em prisioneiros mostrou que os EUA estão numa posição ainda mais repressiva que a do ditador Saddam Hussein. Aumentou muito o ódio de todas as nacionalidades muçulmanas contra o imperialismo ianque, e, junto às centenas de baixas de soldados norte-americanos nos últimos dias, ampliou o descontentamento popular interno nos EUA com os rumos da ocupação do Iraque.

O discurso de ocupar o país e derrubar seu governo para implantar um regime democrático não tem mais nenhuma base material. A ocupação do Iraque é sangrenta, o regime dela é ditatorial, a população tem se levantado contra os invasores e exigido sua retirada.

A partir do momento em que se saquearam os arsenais do antigo regime e dos comboios das tropas de ocupação, a resistência deixou de se basear em atos isolados e de pequenos grupos. As milícias populares armadas tomaram cidades e expulsaram delas os invasores. Grupos antagônicos históricos passaram a se unir contra o inimigo comum. Não há nenhuma possibilidade de alcançar um regime estável no país sob o tacão dos EUA.

O avanço da resistência mostra também as suas limitações. O acordo das tropas sunitas com os EUA em Faluja para o cessar fogo e a saída que as lideranças nacionalistas da resistência estão dispostas a entrar num entendimento com o imperialismo, desde que se assegurem vantagens e controle local. O acordo pressupunha que as tropas sunitas da cidade se encarregassem de desarmar as milícias e assumir o controle militar. A ausência do partido revolucionário que se opõe ao imperialista às últimas conseqüências, armando a população e expulsando o imperialismo e derrocando a burguesia submis-

sa, ficou mais uma vez exposta.

A crise das torturas

O Secretário de Defesa dos EUA foi sabatinado pelo Congresso ianque pelas denúncias de tortura no Iraque. Hipocritamente, pediu desculpas pelo acontecido, mas não muda nada.

O governo deu ordens para obter informações dos presos a qualquer custo. São Bush e Rumsfeld os responsáveis pelas torturas. Essas torturas não são apenas um ataque a "seres humanos", como disse o Secretário, mas são expressão da barbárie do capitalismo. Para impor seus interesses o imperialismo recorre a guerras, ocupações e massacres. A tortura é mais um aspecto dessa ofensiva. Não é a toa que o governo ianque nomeou como novo comandante do presídio Abu Ghraib o ex-comandante de Gantânamo, prisão militar dos EUA em Cuba, que tem centenas de presos sem julgamento e submetidos a todo tipo de maus tratos e tortura. O que indica disposição de manter a tortura, só que agora de forma mais profissional e secreta, sem fotos ou vídeos.

Não há nenhuma fração imperialista contra a barbárie no Iraque. Os críticos da tortura dizem que esses métodos prejudicam os objetivos mais gerais da ocupação. Ou seja, suas críticas estão no campo da defesa da ocupação. Não se trata de humanismo, mas de melhor método para assegurar os interesses imperialistas no Iraque e região.

A barbárie da ocupação é sua essência. Para acabar com as torturas e repressão ao povo, é preciso expulsar os invasores. A defesa da autodeterminação, que inclui o direito de armamento e de produção do que bem entender a nação, é a única bandeira ant imperialista consequente. Que só pode se efetivar com a luta das massas, armadas e orientadas para a expulsão do imperialismo e derrubada da burguesia capitalista.

Abu Ghraib: retrato do intervencionismo dos Estados Unidos

Depoimentos e fotografias de prisioneiros políticos iraquianos expõem a barbárie intervencionista dos Estados Unidos. Nas prisões de Abu Ghraib e outras não divulgadas, os soldados americanos cumprem ordens do Estado e comparecem nas fotos submetendo os presos às torturas, com intuito de arrancar informações que justifiquem a invasão dos Estados Unidos ao Iraque.

Corpos nus, acorrentados, amontoados, encapuzados e atados por fios prontos para serem eletrocutados estamparam os noticiários. Alguns, que conseguiram escapar do cárcere, romperam o silêncio e denunciaram as atrocidades que são submetidos antes dos interrogatórios: choques elétricos, abusos sexuais, sons estridentes para impedir o sono, sapateados nas costas etc. Os relatórios das prisões de Abu Ghraib e Camp Bucca indicavam as graves "violações da lei internacional". A Anistia Internacional já tinha conhecimento há um ano e havia encaminhado a Paul Bremer, administrador americano, providências para as denúncias de torturas. Mas nenhuma medida concreta foi tomada.

Depois que vieram à tona as brutais imagens, a hipocrisia dos países imperialistas estampou os grandes noticiários. George W. Bush denominou as torturas como "abusos abomináveis", pediu "desculpas" aos iraquianos pelos "excessos" cometidos por determinados soldados americanos e chegou ao ponto de dizer que "uma democracia não é perfeita, esses erros serão investigados e pessoas serão levadas à Justiça."

Na verdade, os Estados Unidos procuram tratar o fato como

um desvio da democracia, um erro de percurso, um ato de soldados mal preparados e uma questão para a Justiça resolver. Os Estados Unidos temem o crescimento do ódio antiimperialista contra o intervencionismo militar no Iraque.

O que acontece nas prisões iraquianas é o mesmo que ocorre nos cárceres do Afeganistão, Guantánamo e outros espalhados pelo mundo. O domínio imperialista é mantido às custas da violenta opressão nacional e social sobre os povos semicolônias. A democracia, defendida pelos invasores e pela classe capitalista que sustenta o domínio de uma minoria de países sobre a grande maioria das nações, é aquela legítima o poderio militar das potências, o saque de riquezas, a barbárie social e toda sorte de torturas e genocídios sobre os povos oprimidos.

Cada vez mais se torna evidente que a bandeira de paz, de democracia e de direitos humanos do imperialismo só serve para acobertar o intervencionismo militar genocida.

Os trabalhadores e a juventude devem se colocar contra a invasão dos Estados Unidos e seus aliados ao Iraque. Devem se aliar à luta dos iraquianos que reagem bravamente para expulsar os invasores norte-americanos, apoiados por soldados ingleses, japoneses, italianos etc. Devem se colocar contra o governo PT/Lula, que se aceitou o envio de tropas brasileiras para sustentar a invasão dos Estados Unidos ao Haiti. E devem levantar a bandeira de autodeterminação dos povos oprimidos, expulsão do imperialismo, derrota do capitalismo e luta por uma sociedade socialista.